



Professores Carlos David e Isac do Vale				
1	2	3	4	5
A	B	B	B	B
6	7	8	9	10
D	A	D	E	E

COMENTÁRIOS

1. A estrutura social brasileira (desde os tempos coloniais até o Império) aproximava-se do padrão militar utilizado mundo afora a partir da exclusividade da participação masculina no combate militar, uma vez que nossa sociedade era patriarcal. Por isso, a história de Maria Quitéria de Jesus contradiz a rigidez hierárquica da nossa estrutura social.
2. Em 1823, foi criada a Assembleia Nacional Constituinte, formado pela elite agrária, cujo objetivo era elaborar um projeto de constituição. O projeto ganhou o apelido de “Mandioca” era profundamente xenóforo, isto é, contrário aos interesses dos portugueses que moravam no Brasil e, ainda, limitava o poder do imperador D. Pedro I. Totalmente descontente com o teor do projeto da Mandioca, o jovem imperador dissolveu a Assembleia Nacional Constituinte em novembro de 1823, era a Noite da Agonia.
3. A Constituição de 1824 instituiu no Brasil o voto indireto (eleitores de paróquia elegem eleitores de província e estes elegem Deputados e Senadores) e o voto censitário (aquele baseado na renda mínima anual).
4. A única alternativa que traz corretamente duas revoltas do Período Regencial e suas respectivas classificações é a letra [B]. A Farroupilha foi um movimento de caráter regional e emancipacionista ocorrido no Rio Grande do Sul e a Revolta dos Malês foi um movimento de caráter étnico-religioso ocorrido na Bahia.
5. A partir da segunda metade do século XIX, ocorreram transformações econômicas no Brasil associadas ao café (internamente) e a Revolução Industrial (plano externo). Em 1850, foi aprovada no Brasil a Lei Eusébio de Queirós que proibiu o tráfico de escravos possibilitando a elite nacional investirem em outras atividades econômicas tais como: indústrias, transportes, bancos, etc.
6. A Lei de Terras, aprovada no Brasil em 1850, contribuiu para a concentração fundiária na medida em que obrigava o registro, mediante pagamento, de todas as terras não registradas no país. Como poucas pessoas tinham condições financeiras para pagar o registro, muitas terras ficaram nas mãos de poucas pessoas.
7. Fundado em 1838, o IHGB foi concebido para construir e narrar a História da nação brasileira, que havia se tornado independente em 1822. D. Pedro II foi um grande incentivador de tal projeto, contribuindo, inclusive, com o financiamento de pesquisas sobre o país.
8. A Guerra do Paraguai foi resultado de uma série de conjunturas presentes no chamado Cone Sul do continente americano. Uma dessas conjunturas foi a questão geopolítica, envolvendo Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai, no que dizia respeito à navegação nos rios Paraná e Paraguai e ao acesso ao Oceano Atlântico. Tais questões diziam respeito, também, à formação dos Estados Nacionais nessas localidades.
9. Ao longo do século XIX, a Inglaterra (vivia a Revolução Industrial e necessitava de mercado consumidor) pressionava o Brasil para proibir o tráfico de escravos e, conseqüentemente, abolir a escravidão. A Lei Eusébio de Queirós, aprovada em 1850, proibiu o tráfico de escravos no Brasil. O café gerou a modernização da economia melhorando os transportes, a comunicação, serviços, etc. Isso contribuiu para o surgimento de uma classe média urbana que exigia mudanças no país. Assim surgiu uma forte campanha abolicionista pressionando o governo a acabar com a escravidão. Após a Guerra do Paraguai, 1865-1870, o

exército brasileiro também defendeu a modernização do Brasil reforçando a campanha abolicionista. Esse movimento culminou na aprovação da Lei Áurea em 1888.

10. Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) foi um grande estudioso brasileiro na segunda metade do século XIX. Herdeiro de um racismo europeu, Nina construiu uma narrativa racista, cientificista e nacionalista colocando o negro como um problema social. Seu pensamento contribuiu para estimular a imigração com a chegada dos imigrantes brancos europeus para o Brasil como forma de gerar um “branqueamento”.